

Catálogo Acadêmico

CURSO DE DIREITO



INTRODUÇÃO

Queridos alunos,

Bem-vindos ao segundo semestre letivo de 2021!

Este catálogo serve para apresentar algumas informações relevantes para sua jornada acadêmica. Você encontrará nas próximas páginas informações sobre a coordenação, o corpo docente, as grades curriculares em vigência e as ementas das disciplinas oferecidas, além de respostas às perguntas mais frequentes feitas à coordenação nos últimos meses.

Esperamos que este catálogo possa lhe ajudar a acessar mais facilmente informações de seu interesse e que aproxime ainda mais você de nossa comunidade acadêmica.

Um ótimo estudo a todos!

Coordenação geral da graduação em Direito.



SEÇÃO I – COORDENAÇÃO E CONTATOS

Bianca Oliveira de Farias – Coordenadora Geral da graduação em Direito

bianca.farias@candidomendes.edu.br

Pós-Doutora em Direito Processual pela UERJ.

Professora de Teoria Geral do Processo da UCAM.

Diretora Acadêmica do CBMA. Advogada e árbitra no Rio de Janeiro.

Para melhor atendê-lo, em cada uma de nossas unidades, temos coordenadores disponíveis e aptos a prestar o suporte necessário para que sua caminhada acadêmica se dê de forma exitosa. À frente da equipe, temos a Direção Acadêmica, liderada pelo Professor José Luiz Trinta, responsável pela gestão de todos os cursos de graduação, que terá prazer em atendê-lo pelo email: [**jose.trinta@candidomendes.edu.br**](mailto:jose.trinta@candidomendes.edu.br)

UNIDADE	COORDENADOR	CONTATO
ARARUAMA	José Carlos dos Santos	jcsantos@candidomendes.edu.br
BANGU	Carlos Roberto Alves	carlos.alves@candidomendes.edu.br
CAMPOS DOS GOYTACAZES	Marcos Bruno	marcos.bruno@candidomendes.edu.br
CENTRO	Angela Barral Bouzas	angela.bouzas@candimendes.ucam.edu.br
FRIGURGO	Tânia Trilha	tania.trilha@candidomendes.edu.br
JACAREPAGUÁ	André Luiz Saad	andre.saad@candidomendes.edu.br
MÉIER	Carmen Bianca de Lamare	cbcanale@candidomendes.edu.br
NITERÓI	Marcio Egypto Rosa	marcio.egypto@candidomendes.edu.br
TIJUCA	Carmen Bianca de Lamare	cbcanale@candidomendes.edu.br
SANTA CRUZ	Carlos Roberto Alves	carlos.alves@candidomendes.edu.br
IPANEMA	Gisele Bonatti	gisele.bonatti@candidomendes.edu.br

SEÇÃO II – SETORES DE APOIO

Ao longo dos cinco anos de sua graduação, você contará com nossas áreas-meio para que sua experiência seja agradável. Disponibilizamos, então, uma série de serviços que contam com profissionais especializados, prontos a atendê-lo em sintonia com nossa missão e valores institucionais.

Para acessar nossa secretaria virtual e formular eletronicamente suas solicitações, via requerimento, acesse o endereço eletrônico:

[**www.ucam.edu.br**](http://www.ucam.edu.br)

Nosso apoio psicopedagógico é prestado pela Professora Flávia Bruno, que atende pelo email:

[**profabruno@gmail.com**](mailto:profabruno@gmail.com)

Para obter suporte financeiro, faça contato com a equipe que atende pelo email:

[**acarneiro@candidomendes.edu.br**](mailto:acarneiro@candidomendes.edu.br)

Havendo sugestões, críticas ou assuntos diversos que você deseje reportar, faça contato com nossa ouvidoria pelo email:

[**www3.ucam.edu.br/comunidade/ouvidoria_novo.asp**](http://www3.ucam.edu.br/comunidade/ouvidoria_novo.asp)

SEÇÃO III- GRADE CURRICULAR

Aos alunos que ingressaram a partir de 2021.2 aplica-se a nova grade curricular da graduação em Direito. Os alunos que ingressaram antes de 2021 devem observar as disciplinas previstas na grade vigente no momento em que iniciaram a graduação.

SEÇÃO IV- PRÉ-REQUISITOS

Os pré-requisitos consistem em conhecimentos acadêmicos que se fazem determinantes para que a aquisição de conhecimento se dê de forma satisfatória e consistente.

A graduação em Direito tem duração mínima de cinco anos, conforme dispõe a Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, do CNE. Por tal razão, não se admite a “quebra de pré-requisitos”, situação que conduziria à conclusão da graduação em lapso temporal inferior ao legalmente previsto e acarretaria a ruptura da paulatina construção do processo de aquisição de conhecimento.

Os alunos ingressantes no segundo semestre de 2020 devem observar, portanto, os seguintes pré-requisitos:

Primeiro Período

Disciplina	Pré-requisito
Teoria do Direito	Sem pré-requisito
Ciência Política e Teoria do Estado	Sem pré-requisito
Fundamentos de Antropologia e Sociologia do Direito (DCN - art. 5, I)	Sem pré-requisito
História do Direito	Sem pré-requisito
Economia Política	Sem pré-requisito
Produção de Textos Acadêmicos (EAD)	Sem pré-requisito

Segundo Período

Disciplina	Pré-requisito
Direito das Pessoas, Bens e Negócios Jurídicos	Teoria do Direito
Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	Teoria do Direito
Teoria do Crime	Teoria do Direito
Psicologia Jurídica (DCN, art. 5, I)	Fundamentos de Antropologia e Sociologia do Direito (DCN - art. 5, I)
Direito Internacional Público	Fundamentos de Antropologia e Sociologia do Direito (DCN - art. 5, I)
Ética e Filosofia do Direito	Fundamentos de Antropologia e Sociologia do Direito (DCN - art. 5, I)

Terceiro Período

Disciplina	Pré-requisito
Direito das Obrigações	Direito das Pessoas, Bens e Negócios Jurídicos
Organização do Estado e dos Poderes	Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais
Teoria da Pena	Teoria do Crime
Teoria Geral da Jurisdição e Ação	Direito das Pessoas, Bens e Negócios Jurídicos
Direitos Humanos e as Cortes Internacionais	Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais
Direito Internacional Privado	Direito Internacional Público

Quarto Período

Disciplina	Pré-requisito
Direito dos Contratos: parte geral	Direito das Obrigações
Controle de Constitucionalidade e Convencionalidade	Organização do Estado e dos Poderes
Teoria Geral do Processo e dos Procedimentos	Teoria Geral da Jurisdição e da Ação
Teoria Geral do Direito Administrativo	Teoria da Pena
Teoria Geral do Direito Empresarial	Direito das Obrigações
Crimes em espécie e Crimes virtuais	Direito Internacional Privado

Quinto Período

Disciplina	Pré-requisito
Direito dos Contratos em Espécie	Direito dos Contratos: parte geral
Processo de Conhecimento e Procedimento comum	Teoria do Processo e do Procedimento
Direito Penal Econômico e Leis Penais Extravagantes	Controle de Constitucionalidade e Convencionalidade
Direito Societário, Governança e Compliance	Teoria Geral do Direito Empresarial
Inquérito e Ação Penal	Teoria do Processo e dos Procedimentos
Instituições e Procedimentos do Direito Administrativo	Teoria Geral do Direito Empresarial

Sexto Período

Disciplina	Pré-requisito
Direito dos Danos e Responsabilidade Civil	Direito dos Contratos em Espécie
Processo nos Tribunais: ações originárias, incidentes e recursos	Processo de Conhecimento e Procedimento Comum
Direito das Relações de Trabalho	Direito dos Contratos em Espécie
Análise Constitucional e Principiológica do Direito Tributário	Instituições e Procedimentos do Direito Administrativo
Títulos de Crédito	Direito Societário, Governança e Compliance
Processo e Procedimentos Penais	Inquérito e Ação Penal

Sétimo Período

Disciplina	Pré-requisito
Direitos Reais	Direito dos Danos e Responsabilidade Civil
Procedimentos Especiais Cíveis e leis extravagantes	Processos nos Tribunais: ações originárias, incidentes e recursos
Processo do Trabalho	Direito das Relações de Trabalho
Prisões, Cautelares, Mecanismos de Impugnação e Nulidades	Processo e Procedimentos Penais
Recuperação Judicial e Falência	Títulos de Crédito
Tributos em Espécie	Análise Constitucional e Principiológica do Direito Tributário
Prática Jurídica em Direito Penal e Processo Penal	Processo e Procedimentos Penais
Estágio Supervisionado em Direito Penal e Processo Penal (em horas-relógio)	Processo e Procedimentos Penais

Oitavo Período

Disciplina	Pré-requisito
Direito das Famílias e suas modalidades Contemporâneas	Direitos Reais
Processo Tributário e Execução Fiscal	Tributos em Espécie
Processo de Execução	Procedimentos Especiais Cíveis e leis extravagantes
ELETIVA I EM EAD: ESTUDO DA LEP (LEI DE EXECUÇÕES PENAI)	Estágio Supervisionado em Direito Penal e Processo Penal
Deontologia	Estágio Supervisionado em Direito Penal e Processo Penal
Direito Econômico e Desenvolvimento	Tributos em Espécie
Prática Jurídica em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	Estágio Supervisionado em Direito Penal e Processo Penal
Estágio Supervisionado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (em horas-relógio)	Estágio Supervisionado em Direito Penal e Processo Penal

Nono Período

Disciplina	Pré-requisito
Direito Sucessório	Direito das Famílias e suas modalidades Contemporâneas
Metodologia Aplicada ao Trabalho de Conclusão de Curso	(45 teóricas e 90 práticas) Deontologia
Aspectos Relevantes do Direito Financeiro e do Direito Previdenciário (DCN)	Processo Tributário e Execução Fiscal
Direito Digital e da Inovação	Direito das Famílias e suas modalidades Contemporâneas
Formas Adequadas de Solução de Conflitos (DCN)	Processo de Execução
ELETIVA II EM EAD: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	Estágio Supervisionado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
Prática Jurídica em Direito Civil e Processo Civil	Estágio Supervisionado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
Estágio Supervisionado em Direito Civil e Processo Civil (em horas-relógio)	Estágio Supervisionado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho

Décimo Período

Disciplina	Pré-requisito
Seminário Especial I: Direito Privado (EAD)	Estágio Supervisionado em Direito Civil e Processo Civil
Seminário Especial II: Direito Público (EAD)	Estágio Supervisionado em Direito Civil e Processo Civil
Juizados e Tópicos Especiais das Relações de Consumo	Direitos Sucessório
ELETIVA III EM EAD: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Estágio Supervisionado em Direito Civil e Processo Civil
Tutela Coletiva de Direitos e Meio Ambiente Sustentável	Formas Adequadas de Solução de Conflitos (DCN)
Pesquisa Avançada e Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso	(45 teóricas e 90 práticas) Metodologia Aplicada ao Trabalho de Conclusão de Curso
Prática Jurídica em Direito de Família	Estágio Supervisionado em Direito Civil e Processo Civil
Estágio Supervisionado em Direito de Família (em horas-relógio)	Estágio Supervisionado em Direito Civil e Processo Civil

SEÇÃO V - EMENTAS

Todas as disciplinas que integram a matriz curricular obedecem objetivos e conteúdos pré-estabelecidos.

Dessa forma, a UCAM mantém pleno processo sobre o processo ensino-aprendizagem para que, ao final da sua graduação, haja plena convicção acerca dos ensinamentos teóricos e práticos ofertados ao longo do seu curso. Veja os conteúdos e objetivos perseguidos em cada uma das matérias que você irá cursar:

1º PERÍODO

Disciplina Ciência Política e Teoria do Estado

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

O curso introduz os principais pensadores e temas da Ciência Política, contextualizando-os a partir da sua dimensão histórica e analisando a repercussão dos conceitos em novos cenários. Juntamente com o aluno e mediante o debate, são reconstruídas as diferentes perspectivas do pensamento político, o fenômeno do Estado Nacional, as relações entre governantes e governados, bem como questões contemporâneas relacionadas à política.

Ementa:

O curso está dividido em quatro eixos temáticos. No primeiro, denominado “Pensamento Político”, constrói-se um panorama sobre as contribuições da Filosofia Política, os conceitos chave da Ciência Política e as principais posições que compõem o espectro político (BOBBIO, 1998; RAMOS, et. al. 2021). No segundo, sob uma perspectiva histórica, estudam-se a formação do Estado Nacional na Europa (TILLY, 1996), a formação e unidade do Estado Nacional Brasileiro a partir da composição das elites (CARVALHO, 2008), bem como o debate decolonial (FANON, 1968). Nesta fase, também são abordados os elementos constitutivos do Estado Nacional, com especial atenção para as relações contemporâneas entre hegemonia, soberania e globalização. O terceiro eixo estuda a história do Constitucionalismo e as composições institucionais entre governantes e governados (BONAVIDES, 2000; MALUF, 2019; TOURAINE, 1996; BEÇAK, 2014). Por fim, o último eixo trata da cidadania em sua dimensão mais abrangente, isto é, vinculada aos direitos de natureza individual, política e social (MARSHALL, 1967; SIQUEIRA, et.al., 2016).

Disciplina: Economia Política

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Mostrar os principais temas da economia política aos alunos. Conseguir fazer que os discentes tenham uma visão global e histórica da Economia Política, no decorrer do processo de formação e desenvolvimento da sociedade capitalista. Identificar as escolas clássicas e neoclássicas da economia. Formar conhecimento nos alunos, para que possam compreender a influência da Economia Política no seu cotidiano.

Ementa:

Conceito de Economia. Microeconômica e Macroeconômicas. Políticas Econômicas. Mercado Financeiro Nacional.

Disciplina Fundamentos de Antropologia e Sociologia do Direito

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Dotar o discente com o instrumental teórico e analítico proveniente de teorias consagradas da sociologia e da antropologia jurídica no sentido de habilitar o estudante a fazer exames mais acurados sobre o fenômeno jurídico através de alguns de seus objetos: a subjetividade do sujeito de direito, o costume e o controle social, mecanismos institucionais de administração de conflitos, o sistema de justiça e o acesso a direitos.

Ementa:

Explora de modo crítico-reflexivo a complexa interação dialética entre o fenômeno jurídico e a sociedade capitalista contemporânea. Desenvolve o conteúdo pedagógico através da análise de temas atuais, com fundamentação na bibliografia, com vistas a fornecer ao estudante um amplo espectro de questões presentes na prática profissional do bacharel de direito.

Disciplina: História Do Direito

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Incentivar a formação de uma consciência crítica e humanística no corpo discente; 2. Estimular o debate entre os conhecimentos histórico e jurídico; 3. Motivar a interdisciplinaridade entre História, Direito e disciplinas afins. Compreender historicamente a dinâmica da formação e experimentação do Direito; 2. Examinar as relações entre os diferentes sistemas jurídicos e as sociedades para a interpretação crítica do direito contemporâneo; 3. Analisar e discutir as instituições jurídicas estrangeiras e pátrias a partir de uma visão histórica crítica e comparada.

Ementa:

História e Direito: um diálogo crítico e interdisciplinar. O direito nas sociedades ágrafas. Direito e sociedade na Antiga Mesopotâmia. Processo histórico de formação do Direito Ocidental: direito greco-romano, direito medieval e moderno. O sistema jurídico inglês. A formação do Direito e da estrutura jurídica brasileira: particularidades pátrias e influências alienígenas nos períodos colonial, imperial e republicano.

Disciplina: Teoria do Direito

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Apresentar ao discente o objeto do estudo do Direito, como um saber organizado sobre o fenômeno normativo, nas suas diferenças e interseções com as demais áreas das ciências sociais; Introduzir elementos de uma teoria comum aos diversos ramos do Direito.

Ementa:

Direito e ciência. Jusnaturalismo, juspositivismo e pós-positivismo. Fontes do direito. Divisões do direito. Teoria da norma jurídica e do ordenamento jurídico. Teoria dos princípios. Hermeneutica jurídica.

2º PERÍODO

Disciplina: Ética e Filosofia do Direito

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Compreender aspectos informadores da filosofia ocidental, da ética do bem e da ética do dever, a fim de proporcionar ao aluno uma reflexão filosófica crítica do fenômeno jurídico e da ciência do Direito na contemporaneidade pós-positivista ou neo-constitucionalista.

Ementa:

A Filosofia Ocidental e seu surgimento na antiguidade clássica. Sócrates, Platão e Aristóteles. O Cidadão Grego e a Paideia. A ética do bem e noções sobre a República Platônica e a Política Aristotélica. A Filosofia Medieval: O Platonismo Cristão de Santo Agostinho e o Aristotelismo Cristão de Santo Tomaz de Aquino. A Idade Moderna e a Ética do Dever Kantiana. O Jusnaturalismo, O Positivismo Jurídico Clássico e o Pós-Positivismo Jurídico. Os desafios do Direito e para a justiça, na contemporaneidade, para a resolução das questões complexas.

Disciplina: Direito Internacional Público

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Propiciar aos alunos e praticar com eles soluções jurídicas relacionadas com os problemas originados das relações entre os Estados-nações entre si, entre estes e as organizações internacionais e entre estas entre si, assim como eventualmente relações entre organizações não governamentais, empresas privadas e indivíduos reguladas pelo Direito Internacional Público.

Ementa:

Âmbito do Direito Internacional Público. A Convenção de Viena sobre os Tratados. A Carta das Nações Unidas. As convenções e tratados internacionais; o costume no Direito Internacional Público; as normas imperativas (jus cogens). Solução pacífica de controvérsias internacionais. Direito de guerra e neutralidade.

Disciplina: Direito Das Pessoas, Bens e Negócios Jurídicos

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Proporcionar ao aluno o conhecimento do nosso Direito Privado, preparando-o para a compreensão da norma civil, dentro do contexto de sua aplicabilidade, sua integração ao ordenamento jurídico, bem como os aspectos de sua interpretação, abordando as noções fundamentais sobre as pessoas, o patrimônio, com a análise das classes de bens e os fatos, atos e negócios jurídicos.

Ementa:

Pessoa natural e pessoa jurídica; direitos da personalidade; nome civil; ausência; domicílio; patrimônio; classificação dos bens; fatos, atos e negócios jurídicos, atos ilícitos e abuso de direito; teoria do negócio jurídico: elementos essenciais e acidentais; interpretação, forma e prova; defeitos: erros, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores e simulação; existência, validade e eficácia do negócio jurídico.

Disciplina: Psicologia Jurídica**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Promover um embasamento sobre questões pertinentes à Psicologia, no âmbito de Instituições de Direito.

Ementa:

Definição, origens e desenvolvimento da psicologia jurídica. Fundamentos epistemológicos e conceituais da psicologia aplicados à área jurídica. Aplicações possíveis da intervenção psicológica nas áreas cíveis e criminais. Determinantes sócio-econômicos, culturais e políticos da delinquência e criminalidade. Fatores biopsicológicos e o problema da assistência e ressocialização dos menores abandonados. A questão penitenciária e a importância da humanização do meio criminal. O problema da reincidência e da ressocialização do agressor. Os conceitos de responsabilidade, periculosidade, doença mental e anormalidade psíquica. Defeitos de caráter e personalidade psicopática. Casos. O exame psicológico a serviço da justiça e o problema do testemunho. Métodos Alternativos de resolução de conflitos. A pesquisa científica no campo da Psicologia Jurídica.

Disciplina: Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Compreender, de forma crítica, os conceitos jurídicos que envolvem a Teoria Geral do Direito Constitucional, assim como, analisar e interpretar princípios norteadores do Estado brasileiro, perpassando necessariamente pela Teoria dos Direitos Fundamentais.

Ementa:

Constitucionalismo. Teoria da Constituição: aplicabilidade, hermenêutica e classificação. Poder Constituinte: originário e derivado. Constituição de 1988: ADCT, Preâmbulo, fundamentos e princípios. Teoria dos Direitos Fundamentais: características, dimensões, aplicabilidade e espécies. História das Constituições.

Disciplina: Teoria do Crime**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Inserir o aprendizado da disciplina trazendo conceitos diversificados de cada instituto, para desenvolver uma visão dinâmica, crítica e multidisciplinar do conteúdo, permitindo ao estudante a problematização constante, a reflexão insistente, com as quais deverá contar no exercício da profissão escolhida. Além de possibilitar o aprofundamento da reflexão sobre o Direito Penal, abrangendo, além de seus aspectos doutrinários de grande interesse e relevância, questões práticas de direito material.

Ementa:

O Direito Penal e sua posição no quadro de Direito. Lei Penal. Teoria do Crime.

3º PERÍODO

Disciplina: Direitos Humanos e as Cortes Internacionais

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Proporcionar ao acadêmico a compreensão da realidade dos Direitos Humanos no sistema global e regional, por meio do estudo do marco normativo das garantias fundamentais, no âmbito internacional, interamericano e nacional.

Ementa:

Histórico e Evolução dos Direitos Humanos. Gerações dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Universalidade dos Direitos X Relativismo. Proteção Internacional. Sistema Global de Direitos Humanos. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Direito Humanitário. Refúgio e direito dos refugiados. Sistemas Regionais. Convenção Interamericana dos Direitos Humanos. Pactos de Nova York. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A Constituição de 1988 e as garantias fundamentais. Meio Ambiente como direito fundamental. As Cortes Internacionais. Corte Internacional de Justiça. Conselho de Direitos Humanos da ONU. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Corte Europeia de Direitos Humanos. Corte Africana de Direitos Humanos. Corte Asiática de Direitos Humanos. Tribunal Penal Internacional.

Disciplina: Direito das Obrigações

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Proporcionar ao futuro profissional da área jurídica domínio dos princípios fundamentais e das normas que regem o Direito das Obrigações, ramo que é base para sustentar várias áreas do direito, de modo a capacitar o aluno a reconhecer seus principais institutos, sua abrangência e efetiva aplicação. Estimular o estudo de casos concretos, da jurisprudência dos tribunais e análise das teorias aplicadas, sempre de modo multidisciplinar. Criar ferramentas de pesquisa e grupos de debates para maior aprofundamento dos casos analisados, demonstrando a aplicação prática do conteúdo do curso.

Aprimorar a capacidade de análise crítica e investigação dos entendimentos dos tribunais, fortalecendo a atuação prático-profissional dos alunos.

Ementa:

As Obrigações em Leitura Civil-Constitucional. Teoria Geral das Obrigações - Conceito. Fontes. Espécies. Elementos constitutivos. A Relação Obrigacional - As Obrigações Naturais e as Obrigações Jurídicas - Obrigações propter rem - Classificação das Obrigações - Extinção da Obrigação: Pagamento e prescrição - Formas Especiais de Pagamento - Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido - das Arras - Inadimplemento das Obrigações: Cláusula Penal, Juros e responsabilidade patrimonial. Transmissão das Obrigações. Revisão das Obrigações e Preservação dos Negócios Jurídicos. Limites das obrigações - responsabilidade patrimonial e novas tendências do direito obrigacional. Teoria do Adimplemento Substancial.

Disciplina: Direito Internacional Privado**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Propiciar aos alunos e praticar com eles soluções jurídicas relacionadas com os problemas originados pelos conflitos de leis no espaço: leis de diferentes jurisdições, originadas de Estados distintos, que incidem sobre casos com conexão internacional no âmbito do direito privado. Ademais, proporcionar a discussão e solução de problemas relacionados com a nacionalidade, a apatridia, assim como com as questões referentes à migração

Ementa:

Âmbito do Direito Internacional Privado. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. As convenções e tratados internacionais sobre os conflitos de leis no espaço, a nacionalidade, a apatridia e as migrações.

Disciplina: Organização do Estado e dos Poderes**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Compreender, de forma crítica a organização federativa do estado brasileiro, os três poderes e as instituições essenciais à justiça, assim como, os instrumentos jurídicos constitucionais do Estado de Exceção. Analisar a Ordem Social e Ordem Econômica.

Ementa:

Organização Federativa do Estado brasileiro. Separação dos Poderes: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Competência, atribuição e composição do Poder Legislativo, Poder Executivo e do Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça: Ministério Público, Defensorias Públicas e Advocacia. Estado de Defesa e Estado de Sítio.

Forças Armadas e Segurança Pública. Ordem Social e Ordem Econômica.

Disciplina: Teoria da Pena**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Inserir o aprendizado da disciplina trazendo conceitos diversificados de cada instituto, para desenvolver uma visão dinâmica, crítica e multidisciplinar do conteúdo, permitindo ao estudante a problematização constante, a reflexão insistente, com as quais deverá contar no exercício da profissão escolhida, além de possibilitar o aprofundamento da reflexão sobre o Direito Penal, abrangendo, além de seus aspectos doutrinários de grande interesse e relevância, questões práticas de direito material.

Ementa:

Iter Criminis: consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Concurso de pessoas. Teoria Geral das Penas. Conceito. Visão Constitucional dos Princípios e Garantias Individuais Concernentes à Aplicação da Pena. Espécies de Penas. Regimes de Cumprimento. Cominação e Aplicação. Reincidência. Concurso de Crimes. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação. Medidas de Segurança. Extinção da Punibilidade (do art. 32 ao art. 120)

Disciplina: Teoria Geral da Jurisdição e Ação**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Compreender, de forma crítica, os princípios informadores do Direito Processual, o conceito e principais aspectos da função jurisdicional, de competência e os limites de atuação dos órgãos integrantes do Poder Judiciário, bem como o exercício do direito de ação e as condições para o seu legítimo, levando-se em consideração o raciocínio lógico, sistemático, jurídico e, principalmente, crítico das normas processuais, bem como da doutrina e jurisprudência.

Ementa:

Propedêutica Processual. As Formas de Resolução de Conflitos de Interesses e formas alternativas. Conceito de Direito Processual, Evolução e Trilogia Estrutural. Garantias Constitucionais e Normas Fundamentais do Processo Civil. Aplicação das Normas Processuais. A Função Jurisdicional e a Tripartição Clássica de Poderes. Competência. Os limites para o exercício da jurisdição nacional. Competência Interna. O Direito de Ação e as condições para o seu legítimo exercício.

4º PERÍODO**Disciplina: Controle de Constitucionalidade e Convencionalidade****Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Compreender, de forma crítica os pressupostos do controle de constitucionalidade e de convencionalidade, a partir da análise das inconstitucionalidades formais e materiais e os modelos de controle de constitucionalidade.

Ementa:

Controle de Constitucionalidade: formas de inconstitucionalidade. Classificação do controle de constitucionalidade. Controle concreto e abstrato. Controle de convencionalidade. Remédios Constitucionais: habeas corpus, mandado de segurança individual e coletivo, habeas data, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

Disciplina: Crimes em espécie e Crimes Virtuais**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Desenvolver o raciocínio jurídico acerca do Direito Penal, bem como demonstrar a aplicabilidade prática da base teórica adquirida no estudo da parte geral do Direito Penal. O estudo da disciplina tem o condão de demonstrar ao aluno a importância do estudo detalhado dos tipos penais, com especial atenção à chamada nova criminalidade, qual seja, aquela que é praticada por meios virtuais. No desenvolvimento da disciplina serão estudados diversos tipos penais, separados pelos bens jurídicos tutelados, tais como Vida; Incolumidade Física; Honra; Liberdade Individual; Patrimônio; Dignidade Sexual; Saúde Pública; Paz Pública; Fé Pública e Administração Pública, habilitando o aluno com as ferramentas necessárias à continuidade do curso, bem como ao futuro exercício profissional na área penal.

Ementa:

Crimes em Espécie

Crimes cometidos por meios virtuais

Disciplina: Direito dos Contratos: parte geral**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Possibilitar ao acadêmico a compreensão do direito contratual como expressão volitiva criadora de vínculos obrigacionais na esfera privada, sem, contudo, afastar-se das limitações impostas pelos preceitos constitucionais. Capacitar o discente para o perfeito entendimento da formação, classificação, interpretação, revisão, resolução, resilição e cumprimento forçado do contrato, cotejando-se a norma, os princípios, os costumes e a jurisprudência. Analisar as modernas técnicas de contratação existentes numa sociedade de consumo. Estudar tipos contratuais previstos no Código Civil, sobretudo no que diz respeito à compra e venda, doação, troca e contrato estimatório.

Ementa:

Direito civil constitucional. Princípios contratuais. Publicização do direito privado. Fase pré-contratual. Análise da boa-fé objetiva e seus deveres laterais. Formação, requisitos, interpretação, classificação, revisão e conclusão dos contratos. Vício redibitório. Evicção. Exceções à relatividade: estipulação em favor de terceiros, promessa de fato de terceiro e contrato com pessoa a declarar. Compra e venda. Alienação fiduciária. Promessa de compra e venda e adjudicação. Doação. Troca. Contrato estimatório.

Disciplina: Teoria Geral Do Direito Administrativo**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Proporcionar a compreensão da atuação administrativa do Estado, à luz dos princípios gerais e setoriais que lhes são inerentes e da disciplina jurídica pertinente. Examinar o regime jurídico das entidades que compõem a Administração Pública e as atividades administrativas desenvolvidas pelo Estado. Situar a atuação administrativa do Estado no contexto histórico contemporâneo, sobretudo em vista das atuais tendências de modernização da gestão administrativa estatal. Ensejar o confronto entre o Direito Público e o Direito Privado, identificando os aspectos em que este exerce influência sobre aquele e os pontos em que ainda permanecem diferenciados.

Ementa:

Propedêutica do direito administrativo. Princiologia. Administração Pública. Entidades da Administração Pública Direta, Indireta e Associada. Poderes administrativos. Ato administrativo e o seu controle.

Disciplina: Teoria Geral do Direito Empresarial**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Transmitir noções introdutórias do Direito de empresa no que diz respeito à parte geral e as noções introdutórias das sociedades empresárias. E também, os principais aspectos de Propriedade Industrial. Efetuar o estudo do Direito de Empresa como um dos ramos do Direito Privado. Motivar os alunos ao desenvolvimento de um raciocínio lógico-jurídico para solucionar questões práticas que lhes sejam submetidas à apreciação.

Ementa:

Teoria Geral da Empresa: Fontes, evolução histórica, conceitos (empresário, empresa e estabelecimento empresarial), natureza jurídica. Empresário Individual. Nome empresarial Propriedade Industrial (marcas, patente, desenho industrial e indicação geográfica). Teoria Geral das sociedades: aspectos gerais, personificação e desconsideração da personalidade jurídica, classificação e espécies de sociedades.

Disciplina: Teoria Geral do Processo e dos Procedimentos

Carga horária: 60 horas

Objetivo

Compreender, de forma crítica, os conceitos de processo e de procedimento, os pressupostos processuais de existência e de validade da relação jurídica processual, os sujeitos do processo, litisconsórcio, intervenção de terceiros. Compreender a teoria geral dos atos processuais, seus princípios norteadores, suas espécies, forma, tempo e lugar para as suas práticas, bem como a doutrina de nulidades processuais e princípios aplicáveis à sanatória dos atos processuais inválidos, levando-se em consideração o raciocínio lógico, sistemático, jurídico e, principalmente, crítico das normas processuais, bem como da doutrina e jurisprudência.

Ementa

Processo: Conceito, Natureza Jurídica, Formação Gradual, Espécies, Objeto, Pressupostos de existência e de validade da relação jurídica processual, procedimentos e princípios. Sujeitos da Relação Jurídica Processual. Partes e Procuradores. Litisconsórcio e a Intervenção de Terceiros. O Juiz e os Auxiliares da Justiça. Ramos da Advocacia. A Advocacia Privada e a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. A Advocacia Pública em sentido amplo e seus Ramos: Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradorias dos Entes Federativos. Fatos e Atos Processuais. Forma, tempo e lugar dos atos processuais. Comunicação. Nulidades.

5º PERÍODO

Disciplina: Direito dos Contratos em Espécie

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Fornecer ao estudante as bases do direito privado, através do estudo das normas jurídicas na área do Direito Civil, sua aplicabilidade e sua integração com todo o ordenamento jurídico, buscando sempre sua interpretação à luz da Constituição Federal.

Ementa:

Locação de coisas. Locação de imóveis urbanos (Lei 8.245/91). Empréstimo: comodato e mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Mandato judicial. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Transporte de pessoas e de coisas. Seguro de dano e de pessoa. Constituição e renda. Jogo e Aposta. Fiança. Transação. Compromisso.

Disciplina: Direito Penal Econômico e Leis Penais Extravagantes

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Aprimorar o raciocínio jurídico-penal e ampliar o conhecimento acerca das leis penais especiais, que complementam o estudo da dogmática penal. O estudo da disciplina tem o condão de demonstrar ao aluno a que o direito penal não fica adstrito aos poucos mais de 361 artigos que integram o Código Penal, sendo cada vez mais relevantes as hipóteses de incidência das leis penais especiais que, a rigor, em caso de alteração legislativa futura, passarão a integrar uma legislação única. Enquanto a referida reforma não é implementada, mostra-se fundamental estudo das leis de forma individualizada. Dentre as leis que serão estudadas merecem destaque: Leis dos Crimes contra a ordem econômica (Lei 8137/90 e 8.176/91); Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/86); Lei do Meio Ambiente (Lei 9.605/98); Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8072/90); Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97); Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98); Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06); Lei de Drogas (Lei 11.343/06); Lei de Racismo (Lei 7.716/89); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90); Lei de Interceptação telefônica (Lei 9.296/96); Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95); Lei de Tortura (Lei 9.455/97) Lei de Terrorismo (Lei 13.260/16); Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/19) e Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/13). Durante o curso o aluno será estimulado a desenvolver o raciocínio jurídico-penal, habilitando o aluno com as ferramentas necessárias à continuidade do curso, bem como ao futuro exercício profissional na área penal.

Ementa:

Direito Penal Econômico
Leis Penais Especiais

Disciplina: Inquérito e Ação Penal

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Apresentar ao discente das categorias centrais do Direito Processual Penal, informando-os nos aspectos gerais que conformam o exercício da pretensão punitiva; permitir uma compreensão crítica do fenômeno punitivo e das instituições que participam da persecução criminal.

Ementa:

Introdução ao direito processual penal. O direito processual penal: delimitação do objeto de estudo. Sistemas processuais penais. Princípios do direito processual penal. Fontes do direito processual penal e interpretação da lei processual penal. Segunda parte: inquérito e ação penal. Inquérito policial. Ação penal. Jurisdição e competência

Disciplina: Instituições e Procedimentos do Direito Administrativo

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Proporcionar a compreensão da atuação administrativa do Estado, à luz dos princípios gerais e setoriais que lhes são inerentes e da disciplina jurídica pertinente. Examinar o regime jurídico das licitações públicas, dos contratos administrativos e dos bens públicos. Propiciar o estudo das formas de intervenção do Estado na propriedade e na ordem econômica. Examinar a disciplina jurídica concernente aos servidores públicos e à responsabilidade civil do Estado.

Ementa:

Licitações e contratos administrativos. Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Atuação do Estado na ordem econômica. Regime dos servidores públicos. Responsabilidade Civil do Estado.

Disciplina: Processo de Conhecimento e Procedimento Comum

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Compreender, de forma crítica, todos os atos processuais que compõem o Procedimento Comum (fase de conhecimento) e que também são aplicados, subsidiariamente, aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução, levando-se em consideração o raciocínio lógico, sistemático, jurídico e, principalmente, crítico das normas processuais, bem como da doutrina e jurisprudência.

Ementa:

Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Fases do Procedimento Comum. Fase Postulatória: Petição Inicial; Citação e Integração da relação processual; Audiência de Conciliação e/ou Mediação. Resposta: Contestação; espécies de defesas; Reconvenção; Providências Preliminares, Saneamento e Julgamento Conforme o Estado do Processo; Fase Probatória: Teoria Geral da Prova; Provas em Espécie; Audiência de Instrução e Julgamento; Fase Decisória: Sentença e Coisa Julgada.

Disciplina: Direito Societário, Governança E Compliance**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Oferecer ao aluno o aprendizado e a prática para a solução das questões jurídicas relativas às sociedades limitadas e anônimas, as quais correspondem os dois principais tipos de sociedades empresárias no ordenamento jurídico brasileiro. Conhecer seus aspectos legais, assim como a aplicação do regime de governança e compliance empresarial.

Ementa:

Espécies de sociedades. Sociedade Limitada – Origem e características. Administração. Responsabilidade dos sócios e administradores. Cotas sociais e regime de circulação. Direito de retirada. Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Sociedades por ações. Sociedades anônimas: noções gerais, características, espécies, capital social, valores mobiliários, constituição, livros sociais, acionistas, órgãos sociais, exercício sociais e documentação financeira, operações sociais, concentração econômica, devolução, liquidação e extinção, prazos de prescrição. Governança e compliance empresarial.

6º PERÍODO**Disciplina: Direito das Relações de Trabalho****Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

A presente disciplina tem como objetivo desenvolver e estimular o conhecimento analítico e crítico do aluno acerca dos institutos e princípios que compõem o Direito do Trabalho, sua evolução histórica, conceito e fundamentos. Tem por escopo também o estudo da relação de emprego, seus sujeitos bem como da estruturação do contrato individual de trabalho, principal objeto de estudo desta disciplina.

Ementa:

Introdução ao Direito do Trabalho: História. Evolução. Fontes do Direito do Trabalho. Princípios. Hermenêutica do Direito do Trabalho.

Direito Individual do Trabalho. Contrato de Trabalho. Formação. Empregado e Empregador. Remuneração e Salário. Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho.

Disciplina: Processo e Procedimentos Penais**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Apresentar a estrutura dos distintos ritos processuais penais, que permitam ao discente compreender o Direito Processual Penal como instrumento da efetivação/concretização da norma penal e das garantias constitucionais do acusado.

Ementa:

Procedimentos no Processo Penal Brasileiro. Procedimento Ordinário. Dos Sujeitos do Processo. Fatos e Atos Processuais. Questões e Processos Incidentes. Provas. Sentença e Coisa Julgada. Procedimento Sumário. Procedimento Sumaríssimo. Procedimento dos Crimes Dolosos Contra a Vida. Procedimento dos Crimes Praticados por Funcionário Público. Procedimento da Lei 11.343/2006

Disciplina: Processo nos Tribunais: Ações Originárias, Incidentes e Recursos

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Compreender, de forma crítica, a atuação dos Tribunais e suas funções de julgamento das ações originárias, incidentes recursais, remessa necessária e dos recursos, levando-se em consideração o raciocínio lógico, sistemático, jurídico e, principalmente, crítico das normas processuais, bem como da doutrina e jurisprudência.

Ementa:

Processo nos Tribunais: A Organização Judiciária brasileira e as funções dos Tribunais no julgamento de incidentes, remessa necessária, ações originárias e recursos. A ordem dos Processos nos tribunais: Disposições gerais e o dever de estabilidade, integridade e coerência de sua jurisprudência. Incidente de Assunção de Competência. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. Homologação de Decisão Estrangeira e Concessão de exequatur à Carta Rogatória. Ação Rescisória. Incidente de Resolução de Demandas repetitivas. Reclamação. Teoria Geral dos Recursos e Recursos em Espécie.

Disciplina: Análise Constitucional E Princioplógica Do Direito Tributário

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

A disciplina visa prover o aluno dos conhecimentos necessários à correta análise e identificação do fenômeno jurídico tributário dentro do Sistema Tributário Nacional e do ordenamento jurídico pátrio, analisando a importância da tributação como instrumento do Estado e a necessidade de que se tenha segurança jurídica nessa relação. Especial destaque é conferido à colocação precisa do Direito Tributário dentro da generalidade das disciplinas jurídicas e à compreensão do Sistema Constitucional Tributário Nacional, do tributo e suas espécies, da obrigação tributária e do crédito tributário, suas características, formalidades e garantias, do nascimento à extinção.

Ementa:

Direito Tributário: propedêutica. Sistema Tributário Nacional. Fontes do Direito Tributário. Tributo: conceito, espécies e classificação. Regra matriz de incidência tributária. Discriminação Constitucional de Rendas. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Competência. Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Sujeitos da Relação jurídica tributária. Crédito Tributário: nascimento, extinção, suspensão e exclusão. Garantias e Privilégios do crédito tributário. Administração e Processo tributário.

Disciplina: Títulos de Crédito

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Contextualizar ao corpo discente a disciplina dos títulos de crédito como atividade comercial unificada pelo Código Civil, mediante a compreensão da sua natureza jurídica, atributos, principiologia, classificações, espécies e conceitos básicos cambiais, pela conciliação entre teoria e prática.

Ementa:

Primeira parte: títulos de crédito: parte geral e interdisciplinariedade. Natureza jurídica e sua vinculação ao direito empresarial. Relação com o direito civil. Obrigação pecuniária. Relação com o direito processual civil. Atributos. Ação de execução. Principiologia e classificações. Conceitos cambiais: saque, aceite, endosso, aval, vencimento, pagamento, protesto e prescrição cambial. Segunda parte: espécies de títulos de crédito. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicata. Terceira parte: Antecipação de crédito cambiário: Desconto Bancário e Factoring.

7º PERÍODO

Disciplina: Prática Jurídica em Direito Penal e Processo Penal

Carga horária: 105 horas

Objetivo:

Compreender o Direito Processual Penal como instrumento da efetivação/concretização da norma penal. Identificar os pressupostos processuais no processo penal.

Ementa:

Estrutura da justiça criminal. Peças processuais penais. Resolução de questões do exame de ordem.

Disciplina: Processo do Trabalho

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

A presente disciplina tem como objetivo desenvolver e estimular o conhecimento analítico e crítico do aluno acerca dos institutos e princípios que compõem o Direito Processual do Trabalho, sua evolução histórica, conceito e fundamentos. Visa, por igual, o estudo das peculiaridades deste ramo do direito processual, seus procedimentos e recursos específicos, bem como pretende dotar o aluno de uma visão sistemática da atuação da Justiça do Trabalho na realização dos direitos sociais previstos na legislação constitucional e infraconstitucional.

Ementa:

Teoria geral do direito processual do trabalho: fontes, princípios e hermenêutica. Dissídios Individuais. Rito ordinário e rito sumaríssimo, reclamação trabalhista, contestação e reconvenção, exceção de incompetência territorial, audiência trabalhista. Prova judicial e processo do trabalho, sentença e recursos trabalhistas. Execução no processo do trabalho. Procedimentos especiais na Justiça do Trabalho. Dissídios coletivos.

Disciplina: Direitos Reais

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Dar ao estudante as bases do nosso direito privado, com ênfase em posse e propriedade, preparando-o para o conhecimento da norma civil, sua aplicabilidade, sua integração ao ordenamento e aspectos de sua interpretação.

Ementa:

Teoria dos direitos reais. Posse. Ações possessórias. Propriedade em geral. Função social da propriedade. Modos de aquisição e de perda da propriedade imóvel e móvel. Direitos de vizinhança. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Condomínio. Direitos Reais de Garantia e de Gozo/Fruição.

Disciplina: Prisões Cautelares; Mecanismos de Impugnação e Nulidades**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Apresentar ao discente as normas que regulam as nulidades processuais e as prisões cautelares, bem como as distintas formas de impugnações de decisões judiciais no processo penal brasileiro.

Ementa:

Nulidades no processo penal. Prisões cautelares e medidas cautelares pessoais diversas da prisão. Recursos no processo penal. Ações autônomas de impugnação no processo penal.

Disciplina: Procedimentos Especiais Cíveis e Leis Extravagantes**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Compreender as tutelas provisórias de urgência, antecipada e cautelar, antecedentes e incidentes, bem como de evidência. Compreender, de forma crítica, todos os atos processuais que compõem os principais procedimentos especiais existentes no Código de Processo Civil e nas principais leis extravagantes que o complementam e os procedimentos relativos às tutelas coletivas de direitos, levando-se em consideração o raciocínio lógico, sistemático, jurídico e, principalmente, crítico das normas processuais, bem como da doutrina e jurisprudência.

Ementa:

Tutelas Provisórias de Urgência, Antecipadas e Cautelares, Antecedentes e Incidentes, e de Evidência. Principais Procedimentos Especiais Existentes no CPC. Tutelas Coletivas de Direito e mecanismos processuais de efetivação: Ação Civil Pública, Ação Popular e Mandado de Segurança Coletivo.

Disciplina: Recuperação Judicial e Falência**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Proporcionar ao aluno conhecimento acerca das possibilidades de soluções aos empresários que se encontram em crise econômica financeira. Abordar como vias de prevenção a falência, as alternativas de recuperação extrajudicial e judicial. E também analisar a falência, o processo falimentar, como modo de liquidação judicial do empresário insolvente, sem possibilidade de se recuperar.

Ementa:

Evolução histórica do instituto da falência. Surgimento da lei 11.101/2005. Sujeitos da Recuperação e falência. Competência. Recuperação Extrajudicial. Recuperação Judicial. Falência. Estado de falência. Direito Processual de Falência. Hipóteses de pedido de falência. Recursos e Administração da falência. Massa falida. Créditos. Verificação e classificação. Sentença e efeitos. Encerramento do processo falimentar.

Disciplina: Tributos em Espécie**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Transmitir ao aluno conhecimento básico sobre os principais tributos do Sistema Tributário Nacional à luz da Doutrina e da Jurisprudência do STJ e do STF. Será analisada a moldura constitucional dos principais impostos, contribuições e do regime tributário diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte (Simples Nacional), em que se incluem a competência tributária, imunidades, princípios e critérios específicos.

Ementa:

Conceito de tributo e espécies tributária. Regra-matriz de incidência tributária. Tributação sobre a propriedade e sua transmissão. Tributação sobre o consumo, Tributação sobre comércio exterior. Tributação sobre a renda. Tributação sobre o mercado financeiro. Tributação diferenciada e favorecida das microempresas e empresas de pequeno porte.

8º PERÍODO**Disciplina: Direito Econômico e Desenvolvimento****Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Transmitir ao aluno conhecimento básico sobre o Direito Econômico, tratar de sua evolução histórica e constitucional, discorrendo ainda sobre a ordem econômica no Estado contemporâneo e os princípios da ordem econômica contidos na Constituição brasileira de 1988, inclusive, os limites e formas de atuação do Estado perante a economia e o mercado, com o surgimento das agências reguladoras como instrumentos dos fins colimados pelo Estado, além do conhecimento apresentar o sistema brasileiro de defesa da concorrência seus institutos, práticas e infrações a serem combatidas e os crimes contra ordem econômica.

Ementa:

Conceito, histórico, método e autonomia. Institutos de Direito Econômico (produção, circulação, repartição e consumo). Constituição Econômica. Ordem jurídica Econômica. Intervenção do Estado no Domínio Econômico e Social. Economia combinada e contratos econômicos. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Disciplina: Direito das Famílias e suas modalidades Contemporâneas**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Proporcionar ao aluno a visão civil constitucional do direito de família, procurando dar um significado concreto à incidência dos valores constitucionais que permita compreender a família como instrumento de proteção da pessoa humana.

Ementa:

Direito de Família. Princípios Constitucionais do direito das Famílias. Casamento. União Estável. Família Monoparental e famílias estendidas. Invalidades do Casamento. Dissolução do Casamento e da União Estável. Relações de Parentesco. Paternidade e o princípio do melhor interesse do menor, Regime de Bens. Proteção ao filho. Guarda. Alimentos. Tutela. Curatela.

Disciplina: Deontologia
Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Propiciar ao futuro profissional da advocacia um conhecimento básico dos princípios ético-profissionais que regem o ofício de advogado, possibilitando um correto e adequado desempenho da profissão. Oferecer ao estudante um referencial sobre a composição e o funcionamento do órgão de classe dos Advogados, a OAB, bem como o conhecimento dos direitos, prerrogativas, deveres e da verdadeira missão do advogado.

Ementa:

Conceito e importância do estudo da Deontologia Jurídica. Origem e evolução histórica da advocacia. A atividade da advocacia. Os direitos do advogado. A inscrição do advogado na OAB. A sociedade de advogados. O advogado empregado. Os honorários advocatícios. As incompatibilidades e impedimentos do exercício da advocacia. A ética do advogado. As infrações e sanções disciplinares. A Ordem dos Advogados do Brasil. O processo disciplinar na OAB.

Disciplina: Prática Jurídica em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
Carga horária: 105 horas

Objetivo:

Possibilitar ao acadêmico a oportunidade de aplicação prática dos conhecimentos teóricos apreendidos durante o curso; a compreensão do direito material e processual do trabalho na esfera privada e a possibilidade de preparar o discente na elaboração de peças processuais e mediação perante a justiça do trabalho. Capacitar o discente para distinguir as relações laborais e de trabalho, apresentando as formas de solução dos conflitos e como deve ser aplicado as novas formas de regulação entre empregado e empregador e a flexibilização das garantias constitucionais. Analisar as modernas técnicas de contratação e os ajustes contratuais existentes na relação de trabalho e emprego. Elaborar peças processuais e realizar acompanhamento processual.

Ementa:

Atendimento ao público, redação de atos contratuais e extracontratuais, peticionamento eletrônico, análise de casos práticos, estudo de processos práticos fictícios, com redação de peças e acompanhamento processual no âmbito Judiciário e administrativo que tem por objetivo proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades práticas na área de Direito trabalho e processual do Trabalho.

Disciplina: Processo de Execução
Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Ofertar aos discentes conhecimentos teóricos e práticos a respeito dos diversos procedimentos executivos, bem como das tutelas acautelatórias e assecuratórias pertinentes, à luz do CPC. Capacitar o acadêmico para atuação em processos executivos e procedimentos de cumprimento de decisões judiciais, fomentando a efetividade processual, inclusive através de métodos alternativos de solução de conflitos.

Ementa:

Ação Monitória. Teoria geral da execução. Títulos executivos. Liquidação de sentença. Cumprimento provisório e definitivo de sentença que reconheça obrigação de pagar quantia, pagar alimentos, entregar coisa, bem como fazer e não fazer. Impugnação ao cumprimento da sentença. Ação executiva. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução de alimentos. Execução contra a fazenda pública. Execução para entrega de coisa certa e incerta. Execução de obrigação de fazer e não fazer. Execução fiscal. Embargos do devedor. Embargos de terceiro

Disciplina: Processo Tributário e Execução Fiscal**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Transmitir ao aluno o conhecimento da dinâmica entre o contribuinte e a administração tributária desde a fiscalização até a execução fiscal. Expor as formas de questionamento administrativo das cobranças realizadas pela Fazenda Pública, como é formado o tribunal administrativo e como se dá a discussão sobre os tributos nas searas administrativa e judicial, abordando as ações declaratória, repetitória, anulatória, consignatória, o mandado de segurança, assim como, as defesas do contribuinte na execução fiscal.

Ementa:

A Formação da Exigibilidade do Crédito Tributário e seus efeitos. Processo Administrativo de Determinação e Exigência do Crédito Tributário, Consulta e Compensação. Dívida Ativa. Execução Fiscal Exceção de Pré-executividade. Embargos à Execução. Medida Cautelar Fiscal. Ação Anulatória. Ação Declaratória. Mandado de Segurança, Ação Consignatória e Repetição de Indébito. Ações Constitucionais. Coisa Julgada em Matéria Tributária.

Disciplina: Eletiva I em EAD:**Carga horária: 120 horas****9º PERÍODO****Disciplina: Aspectos Relevantes do Direito Financeiro e do Direito Previdenciário****Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

O curso abordará os aspectos mais relevantes do Direito Constitucional Financeiro e do Direito Previdenciário, notadamente, a evolução dos modelos previdenciários existentes, os regimes constitucionais previdenciários e as relações jurídicas de custeio e de proteção social.

Ademais a disciplina em questão atende a alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (DCNs de Direito), instituídas pela Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de dezembro de 2018, visando a inclusão do curso ou da área referente ao Direito Financeiro, por julgar temática essencial à formação jurídica, também indicando o alto impacto de questões referentes ao Direito Financeiro para as contas públicas, a governança pública e a efetividade das políticas públicas, assim como pelo fato do elevado índice nos tribunais para solução de conflitos nacionais e regionais referentes à área

Ementa:

Estado, finanças públicas e atividade financeira. Constituição Financeira. Receitas e despesas públicas. Seguridade Social e Previdência Social: conceito, princípios e normas constitucionais. Regimes Constitucionais Previdenciários (RGPS e RPPS). Previdência Social como direito social fundamental: princípios legais e organização. Beneficiários do RGPS. Acidente de trabalho. Período de carência. Salário-de-benefício. Renda Mensal do Benefício. Prestações previdenciárias. Acumulação de benefícios. Contribuintes e contribuições sociais previdenciárias destinadas ao custeio da Previdência Social.

Disciplina: Direito Digital e da Inovação

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Proporcionar ao aluno o conhecimento da interação das regras jurídicas e das novas tecnologias, especialmente as relações que tem a internet como meio de comunicação e instrumento de relações contratuais e interpessoais. A cada dia aumentam as relações sociais por meios eletrônicos e as repercussões interessam ao direito, que precisa regular e dar respostas adequadas aos problemas que vão surgindo, dentro de uma perspectiva que desafia os institutos jurídicos tradicionais e fortalece o diálogo das fontes. O eixo central do curso é analisar os fatos sociais sob a perspectiva do cidadão, do consumidor de produtos e serviços.

O curso busca capacitar o aluno a compreender a importância deste novo ramo do direito, que abrange as relações pessoais e profissionais que, de alguma forma, usam recursos tecnológicos/eletrônicos e os seus impactos, em uma visão multidisciplinar.

Ademais, a referida disciplina atende ao disposto na alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (DCNs de Direito), instituídas pela Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de dezembro de 2018, no sentido de fortalecer os esforços referentes ao letramento digital e práticas de comunicação e informação, que expressam as tecnologias educacionais.

Ementa:

Fundamentos do Direito Digital – Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Crimes Digitais – Comércio Eletrônico – Responsabilidade Civil no Direito Digital – Smart Contracts – Internet das Coisas (IoT) – Direito e as Novas Tecnologias – Responsabilidade Civil e Redes Sociais – Inteligência Artificial – Machine Learning – Economia do Compartilhamento – Aplicativos e obrigações contratuais – Marco Civil da Internet – Aspectos jurídicos da publicidade na internet – Telemedicina, Prontuários Eletrônicos e proteção de dados sensíveis – Discriminação Algorítmica nos Seguros – Direito ao Esquecimento na Internet – Reputação Digital – Liberdade de Expressão e Internet – Práticas Comerciais Abusivas e Proteção do Consumidor – Responsabilidade Civil do administrador de grupo de Whatsapp – Plataformas Digitais de Solução de Conflitos/ODRs – Fintechs, criptomoedas e bens digitais – Herança digital

Disciplina: Direito Sucessório

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Dar ao estudante as bases do nosso direito privado, em especial o tema relacionado ao direito sucessório, preparando-o para o conhecimento da norma civil, sua aplicabilidade, sua integração ao ordenamento e aspectos de sua interpretação.

Ementa:

Direito das Sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.

Disciplina: Formas Adequadas de Solução de Conflitos**Carga horária: 60 horas****Objetivo:**

Compreender, de forma crítica, as principais formas extrajudiciais de solução de conflitos possíveis no sistema jurídico pátrio quais sejam: conciliação, negociação, mediação e arbitragem. A disciplina basear-se-á na doutrina, jurisprudência e regulamentos dos provedores de serviços de soluções de conflitos nacionais e internacionais.

Ementa:

Evolução histórica dos meios de solução de conflitos. Tribunal Multiportas. Meios consensuais e adjudicatórios. Principais ferramentas. Princípios da Negociação, conciliação, mediação e arbitragem. Conceito e características. Perfil da conciliação no direito brasileiro. O Código de Processo Civil. A mediação e a Lei nº 13.140/15. Mediação judicial e extrajudicial. Mediação entre particulares e envolvendo a Administração Pública.. Mediação de direitos disponíveis e indisponíveis. Mediação de direitos individuais e coletivos. A arbitragem e a Lei nº 9.307/96, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.129/15. Arbitragem entre particulares. Arbitragem envolvendo a Administração Pública. Espécies de convenção de arbitragem. Procedimento arbitral. Regulamentos de arbitragem das principais Câmaras Nacionais e Internacionais. Liquidação e execução de sentença arbitral. Homologação de sentença arbitral estrangeira. Arbitragem Internacional. Online Dispute Resolution (ODR).

Disciplina: Metodologia Aplicada ao Trabalho de Conclusão de Curso**Carga horária: 135 horas****Objetivo:**

Possibilitar a discussão e a análise de questões relativas à especificidade do método nas ciências sociais; situar a prática da pesquisa em um quadro teórico abrangente; oferecer informações essenciais sobre as características de uma monografia de graduação, sobre as principais técnicas de pesquisa e sobre a elaboração de um projeto de monografia no curso de Direito.

Ementa:

O conhecimento e suas formas. Os diferentes tipos de trabalhos monográficos. O projeto de pesquisa. Os métodos e técnicas de investigação das ciências sociais. A pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa. As normas técnicas para formatação de trabalhos monográficos.

Disciplina: Prática Jurídica em Direito Civil e Processo Civil**Carga horária: 105 horas****Objetivo:**

dotar os alunos de experiências práticas na área cível em geral, com ênfase no Direito do Consumidor, Locações e da Saúde; através da elaboração efetiva de peças processuais de casos reais e simulados o aluno desenvolve na prática os conhecimentos teóricos que recebe. despertar no discente a compreensão ampla do sistema de justiça e da realidade processual, dando-lhe também a oportunidade de trabalhar com temas recorrentes nos concursos públicos e exame da Ordem dos Advogados do Brasil e do ENADE.

Ementa:

Tutela Provisória. Inicial. Contestação, Reconvenção e Pedido Contraposto. Defesa. Sentença.

Disciplina Eletiva II em EAD:**Carga horária: 120 horas**

10º PERÍODO

Disciplina: Juizados e Tópicos Especiais das Relações de Consumo

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

Compreender, de forma crítica, a doutrina e a prática do Macrossistema dos Juizados Especiais Cíveis e de seu Procedimento Sumaríssimo, bem como os principais aspectos de Direito Material e Processual existentes no Código de Proteção e Defesa do Consumidor e aplicáveis às causas cíveis de menor complexidade, proporcionando um diálogo de fontes, a Lei 9.099/95 e a Lei nº 8.078/90, levando-se em consideração o raciocínio lógico, sistemático, jurídico e, principalmente, crítico das normas processuais e materiais, bem como da doutrina e jurisprudência.

Ementa:

Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Fases do Procedimento Comum. Fase Postulatória: Petição Inicial; Citação e Integração da relação processual; Audiência de Conciliação e/ou Mediação. Resposta: Contestação; espécies de defesas; Reconvencção; Providências Preliminares, Saneamento e Julgamento Conforme o Estado do Processo; Fase Probatória: Teoria Geral da Prova; Provas em Espécie; Audiência de Instrução e Julgamento; Fase Decisória: Sentença e Coisa Julgada.

Disciplina: Tutela Coletiva de Direitos e Meio Ambiente Sustentável

Carga horária: 60 horas

Objetivo:

O curso tem por objetivo apresentar as singularidades dos Direitos Transindividuais, bem como de seus instrumentos jurídicos de efetivação e tutela, com ênfase na tutela jurídica ambiental. Possibilitar o reconhecimento do Direito Ambiental como disciplina autônoma – com princípios e regras próprias – e multidisciplinar e dar ao aluno a compreensão da tutela desse direito metaindividual em seus vários aspectos – materiais e processuais –, evidenciando a proteção no âmbito internacional, constitucional e infraconstitucional pertinente.

Ementa:

Evolução do Estado de Direito e Direitos Fundamentais. Direitos Transindividuais (difusos, coletivos, individuais homogêneos). Análise da crise ambiental no século XXI. Surgimento do Direito Ambiental no âmbito internacional e no ordenamento jurídico brasileiro. Conceitos de Direito Ambiental. Meio Ambiente na Constituição de 1988. Princípios ambientais. Competências constitucionais em matéria ambiental. Responsabilidade civil, administrativa e penal ambiental. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. A tutela processual coletiva ambiental.

Disciplina: Prática Jurídica em Direito de Família

Carga horária: 105 horas

Objetivo:

Preparar o aluno do curso de Direito para a aplicação dos conhecimentos recebidos na área do Direito das Famílias e das Sucessões, alinhando a teoria com a prática, apresentando ao aluno, os temas e as ferramentas necessárias para a elaboração de teses e petições.

Ementa:

Direito de Família: Da solução consensual dos conflitos. Divórcio. Anulação de casamento: Possibilidade. União estável. Partilha de bens. Alimentos. Direito de Convivência: Modalidades de Guarda. Procedimento das ações de guarda. Adoção. Destituição do Poder Familiar. Tutela. Interdição. Direito sucessório.

Disciplina Eletiva III Em EAD:

Carga horária: 120 horas

SEÇÃO VI - PERGUNTAS FREQUENTES

1. COMO FUNCIONA O ABONO DE FALTAS?

Na educação superior não há abono de faltas, exceto nos seguintes casos:

- alunos reservistas: o Decreto-Lei nº 715/69 assegura o abono de faltas para todo convocado matriculado em órgão de formação de reserva ou reservista que seja obrigado a faltarm às atividades civis por força de exercício ou manobra, exercício de apresentação das reservas ou cerimônias cívicas, e o Decreto nº 85.587/80 estende essa justificativa para o oficial ou aspirante-a-oficial da reserva, convocado para o serviço ativo, desde que apresente o devido comprovante (a lei não ampara o militar de carreira; portanto suas faltas, mesmo que independentes de sua vontade, não terão direito a abono);

aluno com representação na CONAES: de acordo com a lei que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), as instituições de educação superior devem abonar as faltas do estudante que tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

2. HÁ DIREITO AO ABONO DE FALTA POR CONVICÇÃO RELIGIOSA?

Não há amparo legal ou normativo para o abono de faltas a estudantes que se ausentarem regularmente dos horários de aulas devido à convicção religiosa. Para mais informações sugerimos consultar os seguintes pareceres: Parecer CNE/CES nº 336/2000 e o Parecer CNE/CES nº 224/2006.

3. É POSSÍVEL SOLICITAR EXERCÍCIOS DOMICILIARES?

As situações em que a falta às aulas podem ser preenchidas por exercícios domiciliares são regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Em ambos os casos, o interessado deve protocolar requerimento junto à instituição, apresentando os documentos comprobatórios (laudo médico com indicação do período previsto e outros) para avaliação da instituição. A sua aplicação deverá ser considerada institucionalmente, caso a caso, de modo que qualquer distorção, por parte do aluno ou da instituição de ensino, possa ser corrigida com a adoção de medidas judiciais pertinentes.

Estudantes grávidas são amparadas pela Lei nº 6.202/1975, a qual dispõe que a partir do oitavo mês de gestação, e durante três meses, a estudante grávida ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares.

4. QUAL A FREQUÊNCIA OBRIGATÓRIA ÀS AULAS EM CURSOS PRESENCIAIS?

Nos cursos superiores ministrados em regime presencial, a frequência mínima exigida aos alunos é de 75% das aulas e atividades programadas. Esse percentual deve constar do regimento e do estatuto. Quanto ao número de dias letivos, conforme a LDB, o ano letivo regular tem no mínimo 200 dias letivos.

Competirá à Coordenação do curso avaliar o pedido de regime especial, podendo deferi-lo, se atendidos os requisitos para sua concessão.

5. ENTÃO SE MINHA DISCIPLINA TEM 60 HORAS DE CARGA HORÁRIA, EU POSSO TER 15 FALTAS?

Não, e a razão é simples: o percentual de faltas é computado pelo número de dias de aula, não pela carga horária.

6. EM QUE CASOS EU POSSO SOLICITAR A QUEBRA DE PRÉ-REQUISITO?

Os pré-requisitos constam deste catálogo, na SEÇÃO IV. A quebra de pré-requisito é exceção e será analisada caso a caso pela coordenação, mas em hipótese alguma será concedida caso resulte em colação de grau em prazo inferior a 10 semestres letivos.

7. A PARTIR DE QUANDO EU POSSO PARTICIPAR DAS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA?

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) tem por objetivo permitir que o aluno atue na prática jurídica ainda durante seu curso de graduação. O NPJ da UCAM conta com professores dedicados às atividades do NPJ nas seguintes áreas de atuação: Direito de Família, Direito Penal, Direito Trabalhista e Direito Civil. A partir do 7º período, a prática jurídica é obrigatória, salvo para os alunos que fizerem estágio externo em órgão jurídicos reconhecidos pela UCAM, nos termos do regulamento que disciplina o assunto. Contudo, alunos do 1º ao 6º período também podem participar do NPJ, sendo cotemplados, nesse caso, com horas de atividades complementares.

8. SE EU ESTIVER ESTAGIANDO EM ALGUM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, ÓRGÃO PÚBLICO OU EMPRESA, MESMO ASSIM PRECISO REALIZAR A INSCRIÇÃO NO NPJ?

Os alunos matriculados na disciplina de Prática Jurídica serão dispensados das atividades de escritório-modelo/oficina, nos termos do regulamento que disciplina a atividade, em razão de exercerem estágio extracurricular, nos termos do artigo 6º, § 3º, I, II e III, da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018.4.

Conforme disposto no instrumento supracitado, estão dispensados de realização de estágio interno, no escritório-modelo da UCAM, os alunos que, comprovadamente, estiverem fazendo estágio: a) em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas; b) nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais; c) em escritórios, serviços de advocacia e consultorias jurídicas, regularmente registrados na OAB.

O rol acima é taxativo, não se admitindo a concessão de dispensa de realização de estágio interno (escritório-modelo) para alunos que não estiverem nas situações expressamente elencadas pelo instrumento legal que trata do tema. 6. Para que o discente obtenha dispensa das atividades práticas de escritório-modelo/oficina que integram a disciplina Estágio Supervisionado, é fundamental que apresente, ao início do semestre, contrato ou declaração do órgão ou escritório em que realiza seu estágio. Exige-se que o documento esteja datado, assinado e carimbado e que traga, expressamente, referência à carga-horária semanal cumprida pelo estagiário. Ademais, até a data designada para realização da P2, deverá o aluno apresentar nova declaração do órgão ou escritório em que estagia, capaz de atestar que o aluno cumpriu, durante os meses de realização do Estágio Supervisionado, a carga-horária atribuída à parte prática da matéria (135 horas-aula por semestre) exigindo-se, uma vez mais, que a declaração contenha data, assinatura e carimbo do responsável pelo núcleo de estágio na entidade jurídica pública ou privada em questão. O termo de compromisso relativo ao estágio tem, portanto, que ser apresentado pelo aluno semestralmente, sendo exigido, ao final do período (até a data de realização de P2), que o aluno apresente declaração do estágio informando que, no semestre em curso, o aluno cumpriu 135 horas de estágio.

10. QUAL A DIFERENÇA ENTRE A PRÁTICA JURÍDICA E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO?

A prática jurídica é composta de 4 disciplinas ministradas em sala de aula (descritas na grade curricular da graduação em Direito), a partir do sétimo período do curso.

O estágio supervisionado se refere à atuação do aluno no NPJ, onde haverá a oportunidade de atuar, de maneira concreta, em atendimento ao público externo. Essa atuação se dá tanto na área de contencioso, com envolvimento do aluno em ações judiciais, quanto na área consultiva.

10. QUANTAS ELETIVAS EU PRECISO CURSAR?

Para os alunos que ingressam na Universidade a partir do segundo semestre de 2021, são 3 (três) as eletivas que, necessariamente, terão que ser cursadas para que o aluno conclua, regularmente, sua graduação.

11. OS DOIS SEMESTRES DEDICADOS À ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, OU TCC) SÃO EXATAMENTE OS ÚLTIMOS, QUANDO EU GOSTARIA DE ME DEDICAR À PROVA DA OAB OU À MINHA EFETIVAÇÃO NO ESCRITÓRIO. É POSSÍVEL ANTECIPAR O TCC?

Não. Somente permitimos que o aluno apresente seu trabalho de conclusão de curso no décimo período, por força do prazo legal exigido para integralização do curso de Direito.

12. COMO FUNCIONA A MONITORIA?

O programa de monitoria conta com seleções públicas semestrais para diversas áreas de pesquisa. O número de vagas varia conforme a necessidade semestral.

As atividades típicas da monitoria são: auxiliar os professores na preparação de aulas e de materiais didáticos, tais como exercícios e resumos, bem como esclarecer dúvidas dos alunos, dentre outras que venham a ser definidas nos termos do edital.

Em hipótese alguma, contudo, poderá o monitor: (a) elaborar as provas a serem ministradas pelo professor; (b) aplicar ou corrigir as provas; (c) ministrar aulas em substituição aos professores; (d) lançar presença dos alunos ou notas no sistema acadêmico ou praticar qualquer ato administrativo em nome do professor, conforme disposto no manual que disciplina o funcionamento da monitoria.

13. O QUE SÃO AS LÁUREAS ACADÊMICAS?

A UCAM atribui láureas acadêmicas aqueles alunos que mais se destacaram no curso, conferindo-lhes, no momento da colação de grau, os títulos de Summa Cum Laude ou Magna Cum Laude, desde que preencham os seguintes requisitos:

Summa Cum Laude: o aluno deverá ter integralizado o currículo acadêmico

- (i) sem nenhuma reprovação;
- (ii) sem qualquer apontamento disciplinar; e
- (iii) com coeficiente de rendimento de pelo menos 9,5.

Magna Cum Laude: o aluno deverá ter integralizado o currículo acadêmico

- (i) sem nenhuma reprovação;
- (ii) Sem qualquer apontamento disciplinar; e
- (iii) com coeficiente de rendimento de 9,0.

